

A MULHER POLICIAL

THE POLICE WOMAN

MODESTO, Charlyne Nunes ¹
PANATIERI, Cristiane Bianco ²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo entender os fatores que influenciam o trabalho policial feminino, para a elaboração de diretrizes e ampliação de vagas destinadas as mulheres, bem como promover uma formação policial militar de modo a eliminar praticas sexistas na corporação. Para tanto foram adotados dois mecanismos metodológicos, quais sejam, revisão literária e aplicação de questionário, cujos resultados traçam um perfil profissional da policial militar na Polícia Militar do Estado de Goiás. Os resultados confirmaram de maneira satisfatória as teses literárias defendidas pelos autores utilizados e viabilizam mecanismos hábeis para promoção de políticas públicas necessárias a efetivação e promoção de igualdade nos quadros da corporação. Demonstrando que é necessário repensar e reformular questões como a formação do policial militar até a aquisição de equipamentos empregados no trabalho policial. Meios necessários para a valorização da tropa e consequente aumento de produtividade e qualidade dos serviços prestados a população.

Palavras-chave: Mulher. Polícia feminina. Violência simbólica. Perspectiva.

ABSTRACT

The purpose of this article is to understand the factors that influence female police work, to develop guidelines and increase the number of places for women, as well as to promote military police training in order to eliminate sexist practices in the corporation. For this, two methodological mechanisms were adopted: literary review and questionnaire application, the results of which describe a professional profile of the military police in the Military Police of the State of Goiás. The results confirmed in a satisfactory way the literary theses defended by the authors used and make feasible mechanisms for the promotion of public policies necessary for the effective and promotion of equality in the framework of the corporation. Demonstrating that it is necessary to rethink and reformulate issues such as the training of the military police until the acquisition of equipment used in police work. Means necessary for the valorization of the troops and consequent increase of productivity and quality of services provided to the population.

¹ Aluna do Curso de Formação de Praças do Comando da Academia da Policia Militar de Goiás – CAPM, charlyne.adv@gmail.com; Goiânia – GO, 2018.

² Professora Orientadora: Especialista, professora do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Policia Militar de Goiás – CAPM, panatieri@hotmail.com, Goiânia – GO, 2018.

Keywords: Woman. Female police. Symbolic violence. Perspective.

1 INTRODUÇÃO

O ingresso da mulher no mercado de trabalho foi marcado por dificuldades e resistência social, o que também se reproduziu no acesso as carreiras policiais de uma maneira acentuada, pois dominada por homens. A cultura policial por si só já é excludente e eivada de machismo e preconceito.

Quando possibilitada de exercer uma profissão com relevância social, destinada no imaginário popular aqueles dotados de força, coragem, virilidade e até certa agressividade, a mulher policial certamente não encontrou caminhos tranquilos, posto que não é vista como detentora destas características. Quão profundas são essas influências e carga histórica no trabalho da mulher policial e sua efetividade?

Ao final deste estudo devemos ser capazes de perceber o significado e o resultado dos fatores elencados no trabalho da policial militar, suas peculiares, caminhos traçados e perspectivas, bem como as alterações na percepção social da mulher surtem efeito imediato na vida daquelas que optam pelo trabalho na área de segurança pública. O que será viabilizado mediante sistemáticos estudos sobre a profissão policial, a função da mulher na sociedade e na policia, e a legislação pertinente.

Tal estudo se mostra de fundamental importância a Polícia Militar do Estado de Goiás, para a elaboração de novas diretrizes, ampliação e viabilização de mais vagas destinadas ao público feminino e a efetivação de políticas públicas para assegurar igualdade e respeito a todos os integrantes das fileiras militares, inclusive propiciando formação ampla e de qualidade aos policiais em início de carreira, como forma de diminuição e consequente eliminação de práticas sexistas.

2 REVISÃO LITERÁRIA

As carreiras policiais sempre despertaram o interesse de grande parte da sociedade, que buscam saber a forma de ingresso, remuneração, atribuições, forma de estruturação da carreira, dentre outros aspectos profissionais. Neste trabalho iremos discutir sobre a um segmento significativo deste universo, a mulher policial, especialmente nas fileiras militares.

Para viabilização do estudo é necessário um breve estudo sobre a divisão da sociedade

em sexos, o papel da mulher na comunidade, família e mercado de trabalho, seu acesso as instituições policiais e as dificuldades encontradas para manutenção e acessão nos quadros.

No livro *A dominação Masculina* Pierre Bourdieu(1998) trás fontes históricas de como o sexo masculino vem se perpetuando no poder, da necessidade que o homem sempre teve de demonstrar sua virilidade diante do grupo social e o impacto dessa cultura para diminuir e menosprezar o papel da mulher. Na mencionada obra o autor ainda fala sobre a divisão em sexos:

[...] A divisão entre os sexos parece estar “na ordem natural das coisas”, como se diz por vezes para falar que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivando as coisas (na casa, por exemplo, cujo partes são todas “sexuadas”), em todo mundo social e, em estado incorporado, nos corpus e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 1998,p. 17).

A fala do autor é fundamental para que possamos perceber as premissas sociais da distinção entre os sexos, posto que, não existe divisão sem caráter valorativo. Quando surge a necessidade de distinguir, separar ou dividir surge quase que concomitantemente a atribuição de valores, e neste ponto o sexo feminino já começa a ser subjugado, como se decorresse de um critério natural, socialmente aceito.

As diferenças biológicas entre homens e mulheres historicamente foram utilizadas como “demonstração” da superioridade e meio de sustentar a dominação masculina. Os aspectos negativos culturalmente atribuídos a mulher geram impacto significativo na vida profissional da policial militar, pois segundo essa “lógica” a mulher não teria os atributos básicos necessários ao desenvolvimento da atividade policial. As tarefas mais importantes, portanto, ficaram sempre a cargo dos homens e as de menor importância ou tidas como insignificante para as mulheres, é o que explica Bourdieu(1998).

Esses fatores dentre outros são responsáveis por alimentar e manter a dominação masculina, nas palavras de Pierre Bourdieu:

[...] A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*, moldados por tais condições, portanto, objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais (BOURDIEU, 1998, p.45).

Um dos resultados dessas relações é a “violência simbólica”, reflexo da necessidade masculina de sempre estar no topo social e de exercer poder sobre a vida das mulheres, e que

não exclui as demais formas de violência. Porém Bourdieu acredita nesse conceito como forma de demonstrar de melhor forma os reflexos de uma sociedade patriarcal na vida das mulheres.

Violência simbólica, violência suave, insensível ou invisível são alguns termos utilizados para denominar essa forma de opressão feminina, pois muitas vezes essa inferiorização seria minimizada e invisível às próprias vítimas, pois exercidas por meios simbólicos de comunicação e conhecimento. A violência simbólica está arraigada em nossa cultura, reproduzida e disseminada tanto pelo dominador (homem) quanto pela dominada (mulher), demonstrando assim sua sutilidade, poder e força de alcance.

Como demonstração fática do conceito construído pelo autor, temos a pesquisa intitulada: As mulheres nas instituições policiais, desenvolvida e aplicada pelo Núcleo de Estudos em Organizações de Pessoas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, cuja maioria dos respondentes pertence a Polícia Militar.

No mencionado questionário é possível ver como as mulheres são vítimas dessa violência de gênero e ainda a reproduzem, não só em seu desfavor, como também de outros grupos vulneráveis. Do total de mulheres entrevistadas, 31,4% se mostram favoráveis ao estabelecimento de cotas para o ingresso de mulheres nas instituições de segurança pública. Hoje a manutenção dessas cotas é o principal mecanismo de barreira para que as mulheres ingressem nas instituições militares.

Vale ainda ressaltar que o questionário aponta que as mulheres que já ingressaram nas carreiras de segurança pública possuem maior grau de escolaridade que os homens, 76,8% das mulheres possuem nível superior completo ou pós-graduação, contra apenas 56,7% dos homens.

Outro dado significativo da pesquisa³ aponta que 40,4% das mulheres acreditam que as mulheres usam de troca de favores sexuais para ascenderem hierarquicamente em suas instituições, índice que supera inclusive o da pesquisa geral.

O contexto fático apresentado demonstra que parte significativa das mulheres é responsável por alimentar o ciclo de violência e suavizar os efeitos sociais lesivos a sua própria vida, o que segundo o autor é apenas mais um aspecto da dominação, não significando, portanto, uma divisão de responsabilidades entre “agressor e vítima”, mas apenas uma demonstração prática dessa submissão construída historicamente,

³ Pesquisa: As mulheres nas instituições policiais, desenvolvida e aplicada pelo Núcleo de Estudos em Organizações de Pessoas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e Fórum Brasileiro de Segurança Pública - São Paulo – 2015.

consequentemente de eliminação difícil, que deve ser buscada não só pelas mulheres, mas por toda a sociedade. Onde conceitos devem ser revistos e práticas alteradas.

As lições trazidas pelo autor evidenciam não só as dificuldades de acesso das mulheres ao serviço militar, como também sua acessão e a obtenção de cargos de chefia e comando. Segundo Reiner (2004, p. 148-149) a discriminação tem início no recrutamento das mulheres para o trabalho policial e persiste nas promoções, o que gera dificuldades de aceitação das mulheres nas corporações, ressalta ainda que mesmo após a integração formal as mulheres ainda sofrem com a discriminação.

A Polícia Militar do Estado de Goiás admitiu mulheres em seu efetivo apenas no ano de 1986, ou seja, quando já contava com mais de 128 (cento e vinte e oito) anos de existência, em quadro e companhia apartados. Tal situação perdurou até o ano de 1995, quando houve a unificação do quadro e passou-se a destinar 10% das vagas às mulheres, alterações advindas da Lei Estadual 12.608/05. Importante salientar que desde então não houve aumento desse quantitativo, demonstrando que há uma tolerância, mas não uma aceitação das mulheres.

3 METODOLOGIA

Diante da necessidade de compreender e analisar os percalços encontrados pela policial militar ao logo do ingresso, formação e carreira na Polícia Militar, bem como suas perspectivas e percepções sobre o trabalho policial feminino, o presente trabalho estabeleceu diferentes mecanismos metodológicos. Que pretendem comprovar se de fato existe interferências e consequências decorrentes da denominada “violência simbólica” de Bourdieu, e dos mecanismos de manutenção da dominação masculina sobre a carreira militar.

Tal processo se dará inicialmente mediante revisão de literatura. A utilização e análise de obras literárias de renomados autores e pesquisas visa estabelecer diretrizes para o desenvolvimento do artigo científico. A segunda etapa proceder-se-á mediante trabalho de campo, através da elaboração e aplicação de questionário, destinado a policiais militares femininas integrantes da Polícia Militar do Estado de Goiás, com mais de 03(três) anos de efetivos serviços prestados.

Tal delimitação é necessária para que o resultado seja reflexo fidedigno da relação entre a mulher e a “Cultura Policial”, objeto da pesquisa, e elenca questões como: A existência de benefícios ou promoções às mulheres dentro da instituição em troca de favores de

caráter sexual, a manutenção da limitação de vagas destinadas para pessoas do sexo feminino, se essa limitação deve ser estender também ao acesso ao quadro de oficiais, que na pratica é predominantemente administrativo e se afasta significativamente da operacionalidade exigida da carreira das praças.

A delimitação da amostra se deu após a elaboração de Relatório Nominal do Efetivo Feminino (anexo 02) feito pelo Comando de Recursos Humanos da Polícia Militar do Estado de Goiás, com a utilização da plataforma SurveyMonkey, referência na aplicação de questionários online. Também utilizado para análise dos dados coletados.

O mencionado relatório delimita o efetivo feminino de policiais militares mulheres na PMGO, qual seja, 1276 (um mil duzentas e setenta e seis) colaboradoras. Considerando a necessidade das respondentes possuírem experiência na carreira e vivência nas unidades, para a delimitação da amostra foram excluídas do quantitativo válido as alunas matriculadas no Curso de Formação de Praças 2017\2018, que correspondem a 217(duzentas e dezessete) mulheres.

O tamanho da população ficou então delimitado em 1059(um mil e cinquenta e nove) militares, o grau de confiança fora estabelecido em 95%(noventa e cinco por cento) e a margem de erro em 06%(seis por cento), o máximo aceito para questionários aplicados em pesquisas das áreas sociais. Com a utilização dos mecanismos descritos chegamos a uma amostra de 214(duzentas e quatorze) mulheres, número alcançado e superado pelo questionário.

Somente mediante a utilização dos mecanismos narrados e estudos sistemáticos dos dados obtidos será possível desenvolver de forma eficiente proposta hábil a propiciar condições de igualdade de gêneros na PMGO e minimizar os danos já causados pelas praticas sexistas, objetivos fins deste trabalho acadêmico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta etapa serão apresentados os resultados alcançados mediante a aplicação do questionário, bem como será estabelecida ligação com os conceitos já apresentados.

O questionário derivado do artigo A Mulher Policial alcançou 227(duzentas e vinte e sete) respondentes, em sua maioria com mais de 10(dez) anos na corporação, já que 72,1% das entrevistadas assim o declararam. Predominantemente pertencentes ao quadro de praças (88,1%), pardas (49,3%) ou brancas (35,1%), e casadas (58%).

As policiais apresentam alto grau de satisfação com a carreira, 64,6% estão satisfeitas e 22,1% muito satisfeitas, acreditam que podem exercer as mesmas funções que os homens na PMGO (83,2%), e que mulheres são capazes de exercer atividades operacionais (96,9%), bem como que homossexuais são aptos a exercerem os mais altos postos e patentes da corporação (78,5%).

O questionário abordou ainda o aspecto da limitação de cotas para o ingresso de mulheres na PMGO onde 57,5% se declaram contrárias a limitação, e também para o ingresso no oficialato, onde as cotas foram julgadas desnecessárias por 84,4%. Já em relação a existência de privilégios para as mulheres nas relação de trabalho, 83,2% acreditam não existir, mas 61,1% acreditam que as mulheres se utilizam de favores sexuais para obtenção de promoções.

Condições e oportunidades de trabalho similares aos homens não são vistas por 76,1% das entrevistadas, que relatam em relação aos equipamentos de uso individual fornecidos pela instituição, que as vezes são adaptados ao uso feminino (61,5%), ou nunca (36,3%).

Os homossexuais são vistos como os maiores alvos de piadas dentro da instituição (72,3%), seguido pelas mulheres (19,2%). Já em relação a violência de gênero, 54% declaram nunca ter sido vítima dessa forma de violência, porém quando questionadas sobre violência moral (48%), sexual (10,2%), física (4%), e outras (8%), 68% foram vitimas em algum episódio. Havendo o registro formal da violência em apenas 5,7% dos casos.

Dentre as policiais questionadas 82,4% afirma que comportamentos inapropriados das mulheres no ambiente de trabalho ocasional piadas inoportunas, e 64,6% possuem familiares que integram forças policiais.

Os resultados da pesquisa em grande parte reforçam o posicionamento dos autores citados na revisão literária, e demonstram que de forma ampla e mesmo diante das dificuldades encontradas, as mulheres estão satisfeitas com a carreira militar. A visão da separação entre os sexos como “ordem natural das coisas” de Bourdieu persiste claramente no item que questiona a necessidade de limitação de vagas para o acesso de mulheres, pois mesmo o questionário tendo sido respondido exclusivamente por mulheres, 42,5% ainda acredita que a limitação deve existir, número significativo.

Se essa visão encontra respaldo entre as mulheres policiais militares, certamente entre os homens é mais difundida, portanto há indícios que perdurar na corporação, posto que, os homens correspondem a 90% do efetivo da PMGO. O que acaba por promover a dominação masculina, a quem sempre foi garantida a “melhor parte” na estrutura social. A necessidade de limitação de vagas para mulheres no oficialato é menor, apenas 15,6% julgaram válida, o que

causa certa estranheza, pois a grande maioria acredita que as mulheres são capazes de exercer atividades operacionais, 96,9%, ou as mesmas funções que os homens.

Os reflexos da “violência simbólica” a qual as mulheres são constantemente submetidas ficam evidentes no item sobre a crença da utilização de favores sexuais para obtenção de promoções, das 221(duzentas e vinte uma) mulheres que responderam o item, 135(cento e trinta e cinco) acreditam na existência dessa prática. São essas premissas que ajudam a fomentar o ciclo de violência, distorcem o papel social das mulheres e diminuem sua importância. Bem como acreditam que comportamentos tidos como inapropriados são decisivos para piadas inoportunas por partes dos demais no ambiente de trabalho.

Esses resultados evidenciam não só a fala de Bourdieu (1998), mas também de Reiner (2004), que deixa claro que o acesso das mulheres as carreiras é dificultado, e que quando essa barreira é de fato superada, ainda resta a mulher conviver com preconceitos e discriminação. Fatores decisivos para a o retardo da progressão na carreira e obtenção de cargos de prestígio, historicamente destinados aos homens.

Mesmo cientes da ausência de condições e oportunidades igualitárias entre homens e mulheres e não acreditando que as mulheres são beneficiadas nas relações de trabalho, a criação de vantagens obtidas por favores sexuais persiste. Tal como afirma o autor, essas construções se dão gradativamente, são massificadas e reproduzidas o tempo todo, estão arraigadas no meio cultural.

Além dos critérios culturais e históricos que dificultam o trabalho policial feminino a pesquisa elenca ou fator decisivo de ordem prática, a ausência de fornecimento de equipamentos de proteção individual adaptados ao uso feminino. Equipamentos indispensáveis a atividade policial, tais como, coletes, armamento e calçados, que ao serem adquiridos não se atendam as necessidades das mulheres, trazendo desconforto e dificultando o labor feminino.

Fazendo com que uma simples questão se transforme em mais uma barreira para a boa execução do serviço feminino, porém esse problema se quer é discutido. E acaba do ser utilizado para tentar justificar a incompatibilidade da mulher com o trabalho policial, o que não é verdade. A utilização dos critérios biológicos para a manutenção do homem no topo social já é utilizado desde os primórdios. Mesmo porque sempre fora atribuídas a essas diferenças femininas caráter negativo. O efetivo feminino é de 10%, razão pela qual a compra de produtos que não se adaptem as necessidades femininas não encontra qualquer justificativa.

Outro aspecto relevante dos resultados diz respeito as formas de violência as quais são

mulheres são expostas no ambiente militar, em que pese a maioria ter dito não ter sido vítima de violência de gênero, quando questionadas sobre outras formas de violência grande parte mencionou um episódio, de ordem moral, sexual ou física. Situações que se quer foram formalmente registradas, o que é motivo de grande preocupação, posto que, inadmissível a não averiguação de episódios dessa natureza.

Os resultados obtidos com aplicação do questionário apresenta significativa diferença como questionário desenvolvido e aplicado pela Fundação Getúlio Vargas e Fórum Brasileiro de Segurança Pública intitulado: As mulheres nas instituições policiais (2015), que inclusive forneceu diretrizes para elaboração deste artigo e seu questionário. Considerando que aquele possuía uma maior abrangência de aplicação, já que destinada também a homens e outras classes policiais, as diferenças se justificam e demonstram que as mulheres pertencentes aos quadros da PMGO apresentaram um perfil menos conservador que o da pesquisa de caráter nacional.

O trabalho policial feminino possui uma grande influência social, pois a policia antes de qualquer coisa é fruto do contexto social, e vivemos em uma sociedade patriarcal, eivada de preconceitos e processos discriminatórios. Esses problemas dificultam o desenvolvimento do trabalho policial feminino e impedem o acesso das mulheres a corporação, pois este estudo não encontrou em momento algum um fator que justifique a necessidade de limitação de vagas para mulheres na PMGO.

As mulheres conseguiram alcançar significativo espaço no mercado de trabalho, mas ainda falta muito a se fazer, reflexo inclusive da mudança do seu papel social e econômico. Para que haja ampliação e ascensão dos espaços ocupados por mulheres na PM se faz necessário a revogação da limitação de vagas, inclusive para o oficialato, carreira voltada para o comando, onde a restrição parece ainda mais absurda.

A implantação de disciplinas nos cursos de formação da Polícia Militar do Estado de Goiás que conscientizem e informem seus membros sobre a necessidade de igualdade entre homens e mulheres, também se faz indispensável. Mesmo porque essa igualdade propícia o crescimento e fortalecimento da instituição. Que deve atender as condições biológico-corporais femininas necessárias a boa prestação do serviço público, garantindo a população um atendimento de qualidade.

Certamente uma policial militar portando um armamento que se adeque melhor a seu manuseio ou usando um colete balístico compatível com sua estrutura corporal terá maiores chances de prestar um serviço de excelência. Uma policial militar que encontra boas condições de trabalhos, as mesmas chances e oportunidades que os demais integrantes da

corporação, certamente contribuirá para o fortalecimento da PM, motivo pelo qual se faz indispensável garantir o acesso de todas aos cargos de comando e gestão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho havia estabelecido como finalidade compreender os fatores sociais que influenciam diretamente no trabalho policial feminino e oferecer mecanismos que melhorem a prestação desse serviço através do fornecimento de condições igualitárias de serviço.

A pesquisa de campo realizada alcançou 227(duzentas e vinte sete) policiais femininas, traçou um perfil das respondentes e elencou de forma direta problemas encontrados no meio profissional, suas percepções e perspectivas, conteúdo necessário para o fornecimento de diretrizes sólidas.

Certamente a mulher policial ainda não encontra respaldo nas políticas governamentais voltadas para a polícia militar, tão pouco acredita haver igualdade no tratamento entre mulheres e homens dentro da instituição. Tanto que mesmo quando são vítimas das mais diversas formas de violência se obstam de apresentar reclamação formal sobre o fato.

Esse quadro precisa ser urgentemente repensado, a PMGO deve possuir meios céleres e eficazes de apurar e punir todas as formas de violência dentro de suas fileiras. Principalmente quando o alvo é uma minoria, como as mulheres. Essa política deve ser antes de qualquer coisa, institucional. Acabar com a limitação de vagas para o ingresso feminino e promover educação voltada para a igualdade de gêneros em seus cursos de formação, aperfeiçoamento e estágios profissionais.

Será ainda necessário garantir acesso igualitário as mulheres para concorrerem aos cargos de chefia e comando, o que por si só trará benefícios a corporação e mudança de posicionamento. Essas medidas visão não só garantir as mulheres melhores condições de trabalho, mas também podem contribuir de maneira positiva com a visão da sociedade sobre a polícia militar, responsável direta pela promoção da paz social.

O fornecimento de equipamentos individuais de proteção adaptados a estrutura corporal feminino também se faz urgente, pois esses gastos são mantidos pelos cofres públicos, e não atendem as suas necessidades. E acabam se tornando mais um motivo causador de desmotivação da tropa feminina.

A valorização do trabalho desenvolvido pelas policiais militares, bem como a garantia de condições de trabalho certamente terão como reflexos maior produtividade e qualidade dos serviços prestados a população. É inaceitável que uma instituição secular como a PMGO não promova internamente a valorização de seus profissionais de maneira ampla e igualitária.

As influências sociais e carga histórica ainda apresentar um aspecto negativo no trabalho da mulher policial e sua efetividade, pois encontra um ambiente sexista, que não garante plena atuação, boas condições de trabalho e tão pouco, ascensão profissional, o que demonstra a necessidade da PMGO se mostra pioneira e estabelecer diretrizes que promovam a valorização da mulher enquanto profissional.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – Núcleo de Estudos em Organizações e Pessoas. **As mulheres nas instituições policiais**. São Paulo, 2015.

GOIÁS. **Lei nº 12.608 de 17 de abril de 1995**. Dispõe sobre a extinção dos quadros de oficiais e praças policiais militares femininos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Goiás. Goiânia – GO, 17 de abril de 1995. Disponível em: http://http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1995/lei_12608.htm. Acesso em: 25 de maio 2018.

REINER, Robert. **A cultura Policial: A política da polícia**. Tradução de Jacy Cardia Ghirotti e Maria Cristina Pereira da Cunha Marques. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.